

Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria

Olinto José Oliveira Nogueira *

O propósito deste trabalho é recapitular, sintetizar e tentar refletir sobre algumas das contribuições que pretenderam dotar as migrações internas de uma teoria, na falta de um marco que considere, de forma completa, os vários aspectos inerentes ao fenômeno.¹

1 – INTRODUÇÃO

Não obstante as diversas contribuições de importantes autores no sentido de abarcar a problemática das migrações internas, com todas suas vicissitudes, o assunto ainda está a merecer uma abordagem mais sistemática.

Enquanto algumas das alternativas se desdobram em trabalhos que permanecem apenas no nível meramente descritivo, inteiramente desvinculado “das conexões estruturais que associam as migrações a determinado sistema social” (Renner e Patarra, 1980 p. 236), outras superestimavam as propriedades dos “fenômenos sociais” (modo de produção, classes sociais, relações de exploração etc.), relevando, muitas vezes para um segundo plano, por exemplo, variáveis demográficas e aspectos microssociais.

Portanto, mesmo que seja difícil conceber como seria possível formular uma teoria geral, esta deverá, necessariamente, integrar, de forma genuína, desde os padrões estruturais orgânicos e dinâmicos da sociedade como um todo até os aspectos associados às características individuais dos migrantes. O progresso lento nessa direção refletiria, de início, a dificuldade de se precisar uma definição para as migrações internas. A migração, ao contrário dos outros componentes da dinâmica demográfica (mortalidade, fecundidade), não tem, para sua definição, a mesma precisão da dimensão biológica, dependendo, outrossim, das funções “tempo” e “distância”, ambas susceptíveis de interpretação de cada pesquisador.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Fundação João Pinheiro (FJP). Pós-graduado em Demografia Econômica do Centro de Desenvolvimento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹ Vários outros trabalhos, de uma forma ou de outra, tiveram este mesmo propósito. Citam-se, por exemplo: Oliveira Stern (1980); Renner, Patarra (1980); Elizaga (1980); Lattes (1983); Raczynski (1983); Patarra, Cunha (1987); Lazarte (1987).

2 – TENTATIVAS DE TEORIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS

As primeiras tentativas de se fazer generalizações que pudessem originar uma teoria das migrações se deram a partir de certas regularidades encontradas por Ravenstein², no final do século XIX, quando comparava uma série de estatísticas oficiais sobre movimentos populacionais internos na Inglaterra. Ravenstein observou, por exemplo, que, em relação a **distância**, a maioria dos migrantes se deslocava apenas para curtos percursos; os que se deslocavam para percursos mais longos, em geral, visavam os centros comerciais ou industriais, a maior parte deles originários das cercanias rurais desses centros, deixando vazios a serem preenchidos por migrantes de outras regiões mais distantes. O ciclo repetia-se sucessivamente até que a força de atração da cidade começasse a ser sentida, gradativamente, nos lugares mais remotos (o processo de DISPERSÃO é inverso do de ATRAÇÃO, porém apresenta características semelhantes). Em todo este processo, nota-se que para cada corrente migratória principal produz-se uma corrente inversa (contracorrente) compensatória. Conclui-se, também, que a propensão a migrar dos naturais de áreas rurais é muito maior que a dos naturais de áreas urbanas. Dentre estes, Ravenstein observou que as migrações se davam de forma diferenciada por sexo, predominando as mulheres nos trajetos migratórios de curta distância. O autor nota ainda que a melhoria dos meios de locomoção e o desenvolvimento da indústria e do comércio contribuíram muito para o aumento das migrações. De todos os motivos que levaram à migração, o maior foi, incomparavelmente, o econômico, ou o originado do desejo de melhorar a situação material.

A partir do trabalho de Ravenstein, tornaram-se, posteriormente, muito populares as colocações de Lee (1980)³, segundo as quais a migração era definida como uma mudança permanente, ou semipermanente, de residências e onde todo ato migratório implicaria um lugar de ORIGEM, um lugar de DESTINO e uma série de OBSTÁCULOS INTERVENIENTES. O volume dessas migrações dependeria de dois fatores: o grau de diversificação das áreas de determinado território em uma relação direta, ou seja, quanto mais elevado o grau de diversificação maiores seriam os níveis de migração (o autor cita a industrialização como exemplo de fonte criadora de diversificações sem precedentes); e a dificuldade de superar obstáculos intervenientes, vislumbrando, neste aspecto, que os volumes migratórios tendem a aumentar, já que se pode esperar uma crescente redução desses obstáculos.

Lee estabelece que para cada corrente migratória importante desenvolve-se uma contracorrente, a qual dependeria do que ele chamou de **eficiência da corrente** (razão entre a corrente e a contracorrente, ou a redistribuição líquida de população feita pelos fluxos opostos). A eficiência da corrente tenderia a ser alta quando, por exemplo, o que originasse fossem os fatores negativos que prevalecem no local de origem ou quando os obstáculos intervenientes fossem grandes (o que desanimaria os migrantes de retor-

² RAVENSTEIN, E.G. The law of migration. *Journal of the Statistical Society*, v.47, pt.1, p.167-227, June 1885.

³ LEE, E.P. Theory on migration. *Demography*, v.3, n.1, p.47-67, 1966.

narem). Por outro lado, a eficiência tenderia a ser baixa quando, entre outras coisas, os locais de origem e de destino fossem semelhantes. A eficiência de uma corrente migratória também pode variar com as condições econômicas, sendo elevada nas épocas de prosperidade e baixa nos períodos de depressão.

Em relação às características dos migrantes, Lee conclui que as migrações são seletivas, distinguindo dois tipos: positiva, quando os migrantes fossem altamente qualificados; e negativa, no caso de migrantes de baixa qualificação. Como exemplo de seleção positiva, cita aqueles que respondem a fatores positivos prevaletentes no local de destino (pessoas com alto nível de instrução migram frequentemente porque recebem melhores ofertas – migração como fator de ascensão); e, como seleção negativa, aqueles que respondem a fatores negativos dos locais de origem.

Muitos outros trabalhos teóricos foram produzidos com base no balanço entre os fatores de expulsão da área de origem e os de atração da área de destino, tendo levado Bogue (1959) a sintetizar o conhecimento acumulado e a concluir que estes trabalhos alcançam altos níveis de generalização “apoiados em evidências empíricas escassas e ocasionais” (Bogue apud Renner, Pitarra, 1980, p. 256).

Outras contribuições de grande valor que também têm buscado dotar as migrações internas de um marco teórico são, muitas delas, tentativas de entendimento do fenômeno na América Latina. Mesmo que se notem muitos pontos em comum em algumas, há uma nítida diferença de enfoque.

Tem-se, primeiramente, o enfoque conhecido como **Perspectiva Demográfica**, ou aquelas pesquisas que se iniciaram na década de 50, dentro do Centro Latino-americano de Demografia (CELADE). Raczynshi (1983, p. 3) faz um apanhado geral das principais características destes trabalhos, demonstrando que, originalmente, eles se propunham a “(...) descrever e quantificar as variáveis demográficas fundamentais, conhecimento este que se definia como indispensável por sua incidência sobre as potencialidades de desenvolvimento dos países” (tradução do autor).⁴

Estes trabalhos quase que exclusivamente voltam-se aos métodos de obtenção de dados, às técnicas de mensuração das variáveis demográficas fundamentais e à formulação de modelos matemáticos do processo, e utilizavam intensamente os dados censitários, as estatísticas vitais, estimando, inclusive, indicadores, na tentativa de superar as diversas lacunas existentes.

Na maioria das vezes, as pesquisas do CELADE contavam com o apoio dos organismos nacionais ligados à área, tentando influir na melhoria das fontes de informações demográficas. Isso tudo tem possibilitado, dentro das limitações conhecidas, que se façam diagnósticos demográficos dos países e das regiões, o mais preciso possível, e, até mesmo, que se projetem tendências demográficas. Para a autora, este conhecimento viria a constituir-se, posteriormente, em uma peça fundamental para se chegar a conclusões sólidas sobre as relações entre os processos demográficos e a problemática do desenvolvimento econômico-social.

⁴ “(...) describir Y cuantificar las variables demográficas fundamentales, cuyo conocimiento se define como indispensable por su incidencia sobre las potencialidades de desarrollo de los países”.

Na evolução mais recente desta perspectiva, os estudos vêm inferindo sobre as vinculações do processo migratório com o desenvolvimento econômico em geral e com as mudanças sociais. Em relação ao desenvolvimento econômico, a preocupação é, por exemplo, com a industrialização e com aspectos mais específicos, como a utilização dos recursos humanos, das necessidades habitacionais etc. Quanto às mudanças sociais, estes estudos focalizam, em particular, os aspectos que vinculam as migrações com o nível de fecundidade ou como essas variáveis podem interagir-se mutuamente.

Outro enfoque seria a **Perspectiva Sociológica**, ou **Teoria da Modernização**. Segundo Oliveira e Stern (1980), que consideram o trabalho de Germani⁵ como um dos que exemplificam este tipo de abordagem com mais propriedade, a "migração interna é visualizada como um dos processos fundamentais da 'mobilização social', que constitui o eixo principal para a transformação de sociedades 'tradicionais' em sociedade 'moderna'" (p. 253).

Estes trabalhos são uma consequência direta, na década de 60, das influências da Sociologia norte-americana, tendo como centro das preocupações os aspectos sociais de desenvolvimento econômico e do processo de modernização da sociedade. Assim, o processo migratório se explica dentro do esquema analítico, que enfoca o processo de modernização como a passagem de uma sociedade "tradicional" para uma sociedade "moderna". Essas transformações em curso na América Latina seriam semelhantes àquelas que ocorreram nos países da Europa Ocidental, diferenciando-se apenas quanto à "velocidade" e à sequência dos processos envolvidos na transição; mais especificamente, aos fatores demográficos e psicossociais. Em outras palavras, o processo de urbanização em países da América Latina seria mais acelerado do que o registrado na Europa Ocidental, devido, principalmente, ao maior crescimento natural (resultado da diminuição da taxa de mortalidade, com manutenção da taxa de natalidade em níveis altos) e à incompatibilidade entre as "aspirações modernas de consumo" e o grau de desenvolvimento. Nos países da América Latina, a migração interna estaria, portanto, diretamente relacionada à pressão demográfica no setor rural e ao fascínio gerado pelo modo de vida moderna (difundido, principalmente, pelos meios de comunicação de massa).

No bojo de todo este processo, entendem-se as migrações como o deslocamento dos "pólos tradicionais" (leia-se setor rural) para os "pólos modernos" (leia-se setor urbano). Portanto, os fluxos migratórios mais importantes seriam no sentido rural-urbano, que se constituiriam no determinante mais importante de urbanização, como também no principal componente demográfico do crescimento das grandes cidades. Isso representaria, enfim, uma dificuldade para que o setor "moderno" (urbano) se desenvolvesse de modo equilibrado e estável, já que a incorporação do setor "tradicional" significa uma grande pressão sobre seus recursos, por exemplo: moradia, serviços sociais etc.

A Perspectiva Econômica, ou Abordagem Neoclássica, engloba estudos, como os de Sjaastad (1980), Todaro (1980), Harris (1980) e Schultz (1962), que, a partir da década de 60, passam a correlacionar o fenômeno migratório com a teoria econômica. O ponto básico da abordagem é

⁵ GERMANI, G. **Sociologia de la modernización** Buenos Aires. Prados, 1969.

que “a migração é um ato de decisão pessoal, determinado por um diferencial de salário decorrente de uma desigual distribuição fatorial entre as regiões, tendo como resultado o restabelecimento do equilíbrio nas diversas áreas (Moreira, 1978). Assim, a migração é vista como um processo desejável, possibilitando a transferência dos excedentes de mão-de-obra do setor rural para as crescentes demandas do setor urbano, entendido, aqui, como demanda da indústria.

Embasados pela “teoria econômica”, estes estudos demonstram que as diferenças espaciais na relação capital/trabalho provocariam desigualdades na produtividade do trabalho e, portanto, o concomitante diferencial relativo dos salários entre as regiões. Isso estimularia os trabalhadores das regiões de menor salário a emigrarem para as de maior nível salarial. A partir daí haveria uma queda nos níveis salariais da região de destino (crescimento da oferta de trabalho) e um aumento na região de origem (diminuição da oferta da força de trabalho). Na região de destino haveria também uma elevação no nível do produto, já que esta é uma função do nível de emprego. Enfim, seria restabelecido o equilíbrio no nível de salário, emprego e produto entre as regiões pelo efeito deste sobre a relação capital/trabalho, contribuindo, as migrações, para o estabelecimento de um “equilíbrio ótimo da vida econômica”. Em resumo, as premissas básicas desse enfoque seriam as de que as migrações: respondem a diferenciais de salários e oportunidades de empregos entre localidades e áreas geográficas; são resultado de uma decisão “racional” onde cada indivíduo tem um consciente balanço entre custos e utilidades de se permanecer em determinado lugar ou mudar-se dele; e que são resultados da soma de decisões individuais.

Finalmente, nos últimos anos da década de 60, surgem trabalhos que procuram correlacionar o processo migratório, principalmente na América Latina, às especificidades do desenvolvimento econômico da região. Essa nova perspectiva de se encarar os movimentos migratórios passa a ser conhecida como **Histórico-Estrutural**.⁶

Uma das preocupações básicas era a de não se restringir a análise à aparência do fenômeno, mas buscar o entendimento global deste ao considerá-lo como elemento do processo de acumulação de capital. A partir da “teoria da dependência” e/ou da teoria “centro-periferia”, reconstrói-se o quadro histórico em que surgem os movimentos migratórios, buscando a compreensão do processo a partir de seus aspectos estruturais. Assim, quando a força de trabalho é subordinada às necessidades de reprodução e acumulação de capital, ela se torna vulnerável a um dos três níveis de mobilidade do trabalho, que seriam os elementos viabilizadores da extração da mais-valia: o temporal (ampliação da jornada de trabalho), o vertical (hierarquização da força de trabalho) e o espacial (migração do setor rural para o setor urbano). Portanto, particularizam-se na “mobilidade espacial”, mostrando como, dentro do contexto da acumulação do capital, este precisa recompor a força de trabalho e o exército industrial de reserva para anular pressões sobre os níveis salariais. Para a criação dos excedentes rurais da população, o

⁶ QUIJANO, A. Dependência, câmbio social y urbanización en Latinoamérica, **Revista Mexicana de Sociología**, v.3, 1968.

capital disporia de recursos, tais como: a expropriação dos meios de produção do agricultor (principalmente a terra); a modernização, com a introdução de máquinas e eliminação de atividades artesanais; e a elevação da composição orgânica do capital pelo aperfeiçoamento tecnológico.

Assim, o rearranjo espacial da população, antes de ser um ato soberano desta população, seria uma determinação da estratégia de desenvolvimento capitalista, que, com a criação de desigualdades regionais, condicionaria a formação de fluxos migratórios a partir das regiões periféricas do sistema para a região central.

Contribuição decisiva para sistematização desta perspectiva foi dado por Singer (1980) ao diferenciar os motivos e as causas das migrações, admitindo-se serem estas um processo social. Para o autor, os fluxos migratórios, em última análise, são conseqüências de determinados fatores de "atração" e de "expulsão", ou da interação de ambos. **Os fatores de atração** agiriam como orientadores dos fluxos migratórios tendo como principal propulsor a "demanda por força de trabalho" gerada pelas empresas industriais e pela expansão dos serviços. Isso, por sua vez, significaria "oportunidades econômicas", as quais poderiam ser traduzidas em remuneração mais elevada para o migrante do que aquela que ele poderia perceber na área de origem. **Os fatores de expulsão** subdividem-se em: **fatores de mudança**, tendo como característica principal a capitalização do setor rural, o que levaria à transformação de relações de produção tradicionais em relações de produção capitalista (o objetivo dessa transformação seria o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego, provocando, portanto, um fluxo maciço de emigração, que reduziria, até mesmo, o tamanho absoluto da população rural); e **fatores de estagnação**, cujo principal motivo de aparecimento em determinadas áreas seria a forte pressão populacional sobre as terras cultiváveis. O crescimento demográfico torna-se incompatível com o crescimento físico das áreas aproveitáveis para agricultura, e a manutenção das relações de produção tradicionais impossibilita o crescimento da produtividade da terra. Como a incorporação de novas áreas é limitada pela monopolização destas por parte dos grandes proprietários, tornam-se inevitáveis as emigrações dessas áreas de parte ou da totalidade de acréscimo populacional resultante de crescimento vegetativo.

3 – PRINCIPAIS RESTRIÇÕES ÀS PERSPECTIVAS EM DISCUSSÃO

Há quase um consenso quanto às limitações que inviabilizariam a qualquer desses enfoques se postular como uma teoria geral das migrações.

A principal crítica à **Perspectiva Demográfica** seria a falta de um marco sistemático de referência, o que torna suas investigações fragmentárias, sem orientação e teoricamente estéreis. Suas investigações são quase sempre descritivas e dificilmente põem à prova hipóteses sobre as inter-relações das variáveis demográficas com outras indicativas do desenvolvimento econômico e social. Chegam mesmo a omitir relações elementares e, muitas vezes, nem se preocupam em explicar alguns de seus resultados que contradizem o de outros estudos.

Na **perspectiva sociológica**, ou da **Teoria da Modernização**, as interpretações tenderiam a privilegiar os aspectos individuais dos migrantes, e o centro das atenções quase sempre é o contexto urbano. Assim, baseados em informações das populações que moram nas regiões periféricas das grandes cidades, passa-se a inferir sobre os motivos da migração a partir das características dos migrantes, dando destaque aos traços psicossociais e às orientações valorativas e sobre a *assimilação dos migrantes à vida urbana*. O estudo, fundamentado em perguntas diretas aos migrantes no lugar de destino (dentro de uma perspectiva individual), constitui-se numa racionalização a **posteriori** sobre sua conduta migratória. Frequentemente, porém, as respostas são muito gerais e ajudam pouco no real conhecimento do processo que está por trás da decisão de migrar e dos fatores e/ou forças que intervêm neste.

A **Perspectiva Econômica** é passível de crítica principalmente pelo fato de considerar as migrações enquanto um ato individual. Neste contexto, supõe-se que o migrante sempre aja racionalmente, efetuando análises de custos e benefícios a partir de um amplo conhecimento do mercado, que embasaria a decisão pelos deslocamentos espaciais, visando maximizar sua renda. Na verdade, desconsideram-se as migrações enquanto um processo social com causas estruturais onde os migrantes, antes de terem o livre arbítrio da decisão, estão expostos, principalmente, aos fatores que Singer (1980) chamou de expulsão, sejam eles o “fator de mudança” ou o “fator de estagnação”. Outro aspecto bastante criticável seria o de considerar a migração como um elemento equilibrador das desigualdades regionais, quando, na verdade, ela é muito mais um elemento do desenvolvimento desigual.

A **Perspectiva Histórico-Estrutural**, mesmo que seja sempre tida como uma das linhas de análise mais promissoras para a reflexão dos movimentos migratórios, apresenta algumas limitações, principalmente no que tange aos trabalhos da década de 70. Foi decisiva, por exemplo, a contribuição desses estudos na transparência da estrutura agrária de países da América Latina. Contudo, quando se dá a integração deles com os dos processos migratórios e suas diversas modalidades, sente-se quase que uma “mecanicidade” para que o fenômeno migratório passe a corresponder às expectativas a este reservadas dentro da citada integração. Isso, em parte, seria consequência do tratamento simplista dado às variáveis demográficas por muitos destes trabalhos ou, até mesmo, uma certa resistência ao uso dessas variáveis, verificada, inclusive, na possibilidade de se trabalhar no “nível individual”, já que enfatizam a adequação de se trabalhar no nível agregado, extraindo conclusões sobre o comportamento migratório de grupos ou categorias sociais. Aqui, portanto, *sem se ter a identidade das populações a que se refere*, corre-se o risco de, por exemplo, não se conhecerem as reais características dessas pessoas, como também de não se conhecerem as reais dimensões dos impactos dos processos migratórios nas áreas de origem e destino. Isso leva a algumas limitações, já que se perdem certos desdobramentos do fenômeno, como as migrações temporais, estacionais e outras distintas da categoria rural-urbana, existindo, inclusive, quase que um consenso na propriedade de se romper com a dualidade rural-urbana e entender as migrações em termos de mercado de trabalhos regionais.

4 – CONCLUSÃO

São muitos e bastante complexos os aspectos que envolvem o tema das migrações internas, cabendo até dúvidas quanto a ser este um fenômeno plausível de teoria. Contudo, essas dúvidas se dissipam quando se tem em conta que o estímulo do pesquisador é, justamente, saber que está gerando “ciência”, que, de alguma forma, contribui para um corpo específico de conhecimento. Então, para que qualquer pesquisa, como a das migrações internas, tenha esse caráter de “ciência”, torna-se imprescindível, antes de tudo, o seu marco teórico, que é, na realidade, sua referência de inserção no processo de conhecimento de um todo. Acredita-se que quando determinado tema é dotado de um marco teórico, qualquer um de seus aspectos que seja abordado, por mais particular que possa parecer, adquire o “status” daquela importância harmônica ou até mesmo vital, inerente a cada um dos membros de um corpo. Possivelmente, essa é uma boa explicação tanto para o “boom” de trabalhos sobre as migrações internas na América Latina verificado na década de 70 como também para o seu arrefecimento na década de 80. Nos anos 70, representariam o estímulo para as pesquisas as possibilidades de contribuição criadas no bojo da grande difusão da **Perspectiva Histórico-Estrutural**. Já nos anos 80, representariam o desestímulo para as pesquisas o espírito mais crítico em relação aos enfoques teóricos existentes, sem concomitante desenvolvimento de enfoques alternativos. As pesquisas adquiririam, nesse contexto, um caráter fragmentado ou de generalizações.

Assim, enquanto as migrações internas continuarem carecendo de um marco teórico definitivo, esse será um tema cada vez mais desestimulante de ser pesquisado, visto que a cobrança desse marco teórico e várias outras preocupações são e ainda continuarão a ser recorrentes. Parece oportuno, nesse sentido, relembra as considerações de Elizaga, feitas em 1970 e que permanecem bastante atuais:

“(…) Enquanto alguns destacam a necessidade de desenvolver uma teoria geral, outros investigadores clamam por maiores avanços no tocante às fontes de informações e à sofisticação das técnicas de análise. É difícil conceber como seria possível formular uma teoria geral que compreendesse os variados aspectos envolvidos, sem a existência de informação suficiente para apoiá-la e de técnicas capazes de avaliá-la, embora o inverso seja verdadeiro. A ênfase sobre um ou outro desses pontos de vista parece geralmente depender da formação profissional dos indivíduos, do campo de especialização dos estudos e dos objetivos das investigações. Assim como na ciências físicas e biológicas, a teoria não pode avançar sem experimentação, tampouco nas ciências sociais poderia desenvolver-se sem a observação sistemática dos fatos sociais. Não pairam dúvidas de serem diferentes as preocupações imediatas dos demógrafos, sociólogos e economistas e que, em relação a cada uma delas, seja diferentemente ponderada a importância atribuída aos instrumentos de trabalho (fontes de dados, técnicas de mensuração e de análise, hipóteses de trabalho etc.)” (Elizaga, t.1, p. 551).

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ELIZAGA, J.C. Migrações internas: evolução recente e situação recente e situação atual dos estudos. In: Moura H.A. de (Coord). **Migrações interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p, 539-575.
- 2 HARRIS, J.R., TODARO, M.P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise de dois setores. In: MOURA, H.A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 173-209.
- 3 LATES, A.E. Acerca de los patrones recientes de movilidad territorial de la población en el mundo. **Cuadernos del CENEP**, Buenos Aires, n.27, 1983.
- 4 LAZARTE, R. Los migrantes en los mercados de trabajo metropolitanos: líneas de abordaje del problema en América Latina. **Problemas del Desarrollo**, V.18, n.70, p.136-175, jul./set. 1987.
- 5 LEE, E.S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H.A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p.89-114.
- 6 MOREIRA, J.T. **Terra de arribação: um estudo de fatores determinantes do processo migratório no Nordeste.** Recife, 1978. Dissertação (Mestrado) – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1978.
- 7 OLIVEIRA, O. de, STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H.A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p.245-265.
- 8 PATARRA, N.L., CUNHA, J.M.P. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.1, n.2, p.32-35, jul./set. 1987.
- 9 RACZYNSKI, D. La movilidad territorial de la población en América Latina: perspectivas de análisis y lineamientos de investigación. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE POBLACION Y DESARROLLO, 1983, México. S.l.: s.n., [1983].
- 10 RAVENSTEIN, E.C. As leis da migração. In: MOURA, H.A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p. 19-88.
- 11 RENNER, C.H., PATARRA, N.L. Migrações. In: SANTOS, J.L.F. et al (Coord). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p.236-260.
- 12 SCHULTZ, I.M. Reflections on investment in man. **Journal of Political Economy**, Chicago, v.70, n.5, pt.2, p.1-8, out. 1962

- 13 SINGER, P.I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H.A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p.211-244.
- 14 SJAASTAD, L.A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H.A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p.115-143
- 15 TADARO, M.P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H.A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p.173-209.